

Nº	Cumulatividade (quant. de contribuições únicas iguais)	Contribuição	Situação de inclusão	Observação
1	1	Propostas para não se enquadrar no ato tendente: Arrasto - viagem; Porta no trangone e/ou próximo a superfície d'água; Rede na água, ensacador aberto ou amarrado a bordo; Arrasto - repouso; Porta no galho/ trangone e rede embarcada no descanso; Seio da manga da rede na água; Emalhe; Rede fora d'água ARRASTO VIAGEM Porta sempre fora da água, podendo estar no tangone. A rede, se estiver na água, deve estar com o ensacador aberto. E se a rede estiver dentro da embarcação, o pescado deverá estar devidamente armazenado. EMALHE A rede deve estar fora da água.	Deferido	A proposta reduz a possibilidade de enquadramento do Ato tendente. Em PG está previsto revisão do Guia de Procedimentos Operacionais
2	2	Proibir o arrasto	Deferido parcialmente	proibido nas mesma áreas já existentes no GERCO e também limitado o uso de acordo com o porte da embarcação nas diferentes zonas.
3	1	Ilha Montão de Trigo: Realizar um roteiro em torno da ilha e catalogar fauna e flora para trabalhar como guia turístico	Indeferido	No Plano de Ordenamento da AIPBM poderão ser definidas procedimentos para a área
4	1	Se afastar da zona amarela as embarcações de arrasto maiores do que 10AB, liberar a licença para camarão rosa para essas embarcações	Indeferido	As embarcações de arrasto maiores que 10AB até 12AB não foram proibidas na ZUBE. Há legislação já existente que afasta as embarcações maiores que 10AB 1,5 MN da costa. Foi incluído no PG a questão das licenças de pesca
5	1	Criar uma identificação da atividade de pesca em exercício para evitar o ato tendente (já existe algo em relação a isso na Marinha) – nessa ideia, só seria autuado quem estivesse exercendo atividade de pesca sem identificação.	Deferido	Foi incluída proposta que reduz a possibilidade de enquadramento do Ato tendente. Em PG está previsto revisão do Guia de Procedimentos Operacionais
6		Traineiras de Angra: proibir sonar	Indeferido	Apesar de ser uma solitação desde o DP, há pescadores no LN que utilizam sonar e isso não é consenso no território
7	5	Colocar os pesqueiros industriais e traineiras de grande porte para fora da APAMLN	Deferido parcialmente	Traineiras: Existem muitos pescadores artesanais e de comunidades tradicionais no território que utilizam esta modalidade de pesca Pesca industrial: está proibida em ZPE, ZPGBio e ZUBE, que corresponde a mais de 50% do território, e com restrição de tamanho de embarcação em ZUEX. Verificar ZUI
8		ZUBE – Emalhe 1ª MN – até 3km de rede	Indeferido	Já há processo em andamento, aguardando aprovação no governo federal, resultado de construção coletiva de anos na CT Pesca e Maricultura da APAMLN, solicitando 1000m de rede.
9	1	Proibir traineiras na ZUBE	Indeferido	Existem muitos pescadores artesanais e de comunidades tradicionais no território que utilizam esta modalidade de pesca
10	1	Criar uma Lei Estadual de proteção à pesca	Indeferido	Não trata-se de instrumento previsível em planos de manejo
11	2	Pesca amadora poderia ser feita apenas com acompanhamento de caçara, estimulando TBC	Deferido parcialmente	ZN - está contemplado na AIT PG - incluído em P2.2.6
12	1	Suspensão da IN12/12 (proibe a pesca motorizada na primeira MN). Sugestão de que regramento seja realizado por localidades e tamanho do motor	Deferido	Já há processo em andamento, aguardando aprovação no governo federal, resultado de construção coletiva de anos na CT Pesca e Maricultura da APAMLN. A minuta prevê mudança da norma no caso de aprovação da alteração pelo governo federal
13	1	ilha Montão de Trigo: Inserir espelho d'água do entorno da ilha no TAUS	Indeferido	Inserido em Programas de Gestão - item?
14	1	Montão de Trigo: Estabelecer o limite de 45 hp para motor de popa e 130 hp para motor de centro	Indeferido	Definição de baixa mobilidade irá para Programas de Gestão
15	1	Montão de Trigo: Restringir pesca amadora na AIPBM - diminuir quantidade de captura e tamanho da embarcação para 8 m	Indeferido	O Plano de ordenamento das atividades em AIPBM definirá os usos em acordo com os setores de utilização
16		Proibir pesca de traineira, pesca subaquática, pesca de barco de frete no perímetro de 1 MN no entorno da Ilha de Búzios e Sumitica	Indeferido	Há menção nos programas de gestão para estudos de novas áreas de interesse
17	1	Criar GT específico para ordenamento das atividades nas Ilhas	Indeferido	Há programa específico para fortalecimento do debates do CG, criação de novos CT's e GT's
18	1	Estabelecer limite de tempo para visitaçao na Ilha das Couves	Indeferido	A ação deverá ser levada a construção do plano de ordenamento de Uso Turístico - POT a ser construído em conjunto com os usuários da ilha
19	2	Delimitar áreas para escunas e lanchas na ilha das Couves e baía de Castelhanos	Indeferido	Para o caso da ilha das Couves ação deverá ser levada a construção do plano de ordenamento de Uso Turístico - POT a ser construído em conjunto com os usuários da ilha. Para o caso da baía de castelhanos há menção sobre ordenamento no programa de Uso Público - Diretriz 2
20	1	Operadoras de turismo devem orientar quais peixes podem ser pescados	Indeferido	Ação consta nos programas de gestão como boas práticas da pesca amadora
21	1	Estudo técnico para definição de distância dos emissários para se ter uma margem segura das mariculturas	Indeferido	Verificar inserção nos programas????
22	1	Delimitação de parques aquícolas destinados exclusivamente à Maricultura, a serem definidos pelo IP baseado em estudos técnicos, respeitando-se os procedimentos nos artigos 16º a 20º do Decreto nº 62.243/2016	Indeferido	Verificar inserção nos programas????
23	6	Realizar reuniões com UCs da ZPE para verificar e articular garantia dos usos das comunidades tradicionais, inclusive nos territórios ZPE que não possuam Plano de Manejo	Indeferido	Inserida ação no programa de Interação Sócio Ambiental - Diretriz 2
24	3	Em ZPE, levantar e reconhecer as comunidades tradicionais e pescadores e maricultores artesanais, e os usos que os mesmos realizam	Indeferido	Inserida ação no programa de Interação Sócio Ambiental - Diretriz 2
25	1	Deixar texto claro para fiscalizador verificacao o PM das UC PI	Indeferido	Inserido em programas de gestão Proteção e Fiscalização - Diretriz 1
26	1	Sinalização dos cultivos de maricultura e cerco.	Indeferido	isto já é obrigação do empreendedor. Foi inserido em PG2
27	1	Distância de embarcação para cerco-flutuante de 100m.	Indeferido	proposta incluída na ação 1.7 P4
28	1	Proibir lanchas que tem motor grande de passar a menos de 200 m dos cercos – flutuantes	Indeferido	proposta incluída na ação 1.7 P4
29	2	Proibir turismo e pesca amadora próximo dos cercos (500m)	Indeferido	proposta incluída na ação 1.7 P4
30	1	Proibir aproximação de embarcações sem autorização do proprietário a +/- 300m no entorno dos cercos-flutuantes	Indeferido	Essa proposta deve ser discutida com os usuários, por isso entrou em PG ação 1.7 P4
31	1	Verificar a possibilidade de emissão de DAP para pescadores com cercos flutuantes cadastrados na APAMLN	Indeferido	Incluído no PG 2.4
32	2	Incluir Manguezais no território da APAMLN: juntos aos rios Canto da Lagoa, Ribeirão e da Praia Vermelha, dois manguezais de Castelhanos	Indeferido	Inserido em programas de gestão Monitoramento e Pesquisa - Diretriz 1
33	4	Delimitar manguezais da APAMLN, em escala de detalhe refinada. Incluir mapeamento dos ambientes de transição para o manguezal.	Indeferido	Inserido em programas de gestão Monitoramento e Pesquisa - Diretriz 1
34	2	Delimitar o mangue da Enseada canto do mar	Indeferido	Inserido em programas de gestão Monitoramento e Pesquisa - Diretriz 1
35	1	Sinalizar a área do mangue da enseada canto do mar para que todos tenham ciência da existência desta unidade e conservação.	Indeferido	Inserido em programas de gestão Monitoramento e Pesquisa - Diretriz 1
36	1	AI na Área do Araçá e Enseada Canto do Mar	Indeferido	Inserido em programas de gestão Uso Público - Diretriz 2
37	1	Condicionar turismo nos manguezais a estudo da capacidade suporte e anuência do órgão gestor	Indeferido	Ação consta nos programas de gestão Uso Público - Diretriz 2
38	3	reforçar a fiscalização nos manguezais inseridos no território da APAMLN, inclusive da Enseada	Indeferido	Ação consta nos programas de gestão Monitoramento e Fiscalização - Diretriz 1
39	1	Transformar Educação Ambiental em norma para as áreas de manguezais da APAMLN	Indeferido	Ações de EA para manguezais constam nos programas de gestão Monitoramento e Fiscalização - Diretriz 1, Uso Público e Manejo e Recuperação
40	1	Sinalizar as áreas proibidas para pesca amadora	Indeferido	Inserido em programas de gestão Uso Público - Diretriz 3
41	1	Criar um Poupatepo para o pescador para facilitar a emissão de documentos	Indeferido	Inserido em programas de gestão Desenvolvimento Sustentável - Diretriz 2
42	4	Regularizar as artes e atividades de pesca. Principais problemas – licença pesca embarcação + RGP; regulamentar as atividades de arrasto de praia; armadilha para polvo; malha 6; pesca de apneia para pescadores profissionais; excluir o TED, visto que já existem estudos e debates no CT pesca.	Indeferido	PG 1.4 e 2.1
43	3	Elaboração de norma semelhante à SMA 64/2016, que regulamenta a pesca de emalhe na APAMLN, adaptada à realidade da APAMLN	Indeferido	Inserido em programas de gestão Desenvolvimento Sustentável - Diretrizes 1,2,3,4 e 7
44	1	avaliação da proposta de auto-regulamentação da rede boiada assistida para toda a costa elaborada pelo coletivo "A APA é uma só"	Indeferido	Inserido em programas de gestão Desenvolvimento Sustentável - Diretrizes 1,2,3,4 e 7
45	1	Suspensão da IN10	Indeferido	Inserido em programas de gestão Desenvolvimento Sustentável - Diretrizes 1,2,3,4 e 7
46	1	Manter artigo 6º da IN 12 no Plano de Manejo da APA em proteção das toninhas (art. 2 da IN 166/ 07)	Indeferido	Inserido em programas de gestão Desenvolvimento Sustentável - Diretrizes 1,2,3,4 e 7
47	1	Suspender a IN IBAMA nº 166/07, pois prejudica o pescador artesanal e não afetam os industriais	Indeferido	Inserido em programas de gestão Desenvolvimento Sustentável - Diretrizes 1,2,3,4 e 7
48		Capacitar para outras atividades como contrapartida do Estado devido à proibição de determinadas pescas (ex: emalhe boiado)	Indeferido	Caberia em programas de gestão????
49		Liberar a pesca do emalhe entre os meses de junho e julho (tainha) com tamanho máximo de 280 braças de rede	Indeferido	regras não muito discutidas devem ir para programas de gestão e amadurecer na CT pesca para implantação futura.
50	3	REVER AS ÁREAS PROIBIDAS PARA ARRASTO PELO GERCO, INCENTIVANDO ESTUDOS.	Indeferido	Incluído no P5 1.10
51	1	Estudar viabilidade de permitir o arrasto de pequeno porte na área proibida do GERCO (Z2M)	Indeferido	Incluído no P5 1.10
52	3	Ordenar e sinalizar áreas para embarcações de turismo, reforçando a necessidade de cumprir a NORMAN 3 (sobre distância das embarcações da praia), tendo sido pontuadas: Baía de Castelhanos	Indeferido	Inserido em programas de gestão Uso Público - Diretriz 4
53	3	Criar normas para turismo, inclusive com possibilidade de restringir o tamanho das embarcações e tipo de motor (preferencialmente permitir apenas os de 4 tempos).	Indeferido	Ordenamento do turismo possui diretrizes específicas nos Programas de Uso Público
54	1	Incluir Ilha dos Porcos como AIT	Indeferido	Programas de Manejo e Recuperação - Diretriz 2 prevê a realização de estudos para implantação de novas AIs
55	1	listar atividades para pescadores marcarem as que fazem - emalhe, arrasto (praia e camarão), linha espinhel, covo, cerco flutuante, extrativismo, pesca com mergulho em apneia, maricultura	Indeferido	Consta no Programa de Desenvolvimento Sustentável
56	1	Compatibilização entre planejamento e execução conjunta de programas de gestão entre a APAMLN e as UCs que compõem o ICMBio Alcatrazes, especialmente aqueles cuja temática envolver: pesquisa científica e monitoramento da biodiversidade, monitoramento de impactos gerados por empreendimentos regionais, gestão sócioambiental, usos do território pela sociedade e proteção;	Indeferido	Consta no programa de gestão Interação Sócioambiental - Diretriz 4
57	1	previsão de elaboração de instrumento legal visando a formalização da parceria entre ICMBio Alcatrazes e APAMLN, incluindo compartilhamento de estruturas, equipamentos e recursos humanos.	Indeferido	Consta no programa de gestão Interação Sócioambiental - Diretriz 4
58	2	Criar certificação para valorizar peixe de pescadores artesanais e parceiros da APAMLN, incluindo embarcações	Indeferido	Consta no programa de gestão Desenvolvimento Sustentável - Diretriz 3
59	2	Definir critério e estratégia de cobrança para exigir o controle e monitoramento dos pontos de deságue das águas superficiais ou demais cursos d'água nas faixas de praias, e para exigir tratamento secundário para lançamento de efluentes em emissários ou diretamente no mar. Articular inclusive com as prefeituras para viabilizar maior cobertura de saneamento.	Indeferido	Consta no programa de gestão Manejo e Recuperação - Diretriz 1

60	1	Estabelecer relação entre o zoneamento, por meio da Área de Renovação de Estoque Pesqueiro, e a questão da poluição de praias pelo lançamento de esgotos – Exemplo – Itaguá, Perequê Mirim e Enseada devem ser zona para recuperação	Indeferido	Constam nos programas de gestão - O ordenamentos dos usos nas AI's serão definidos com vínculo nos programas respectivos
61	1	CONSTRUIR PROPOSTA PARA COMPENSAÇÃO DOS PESCADORES EM CASO DE VAZAMENTO DE GRANDE QUANTIDADE DE ÓLEO	Indeferido	Consta no programa de gestão Desenvolvimento Sustentável
62	1	Executar ações voltadas p/ considerar a disposição inadequada de plástico nas faixas de praia (resíduos das raspagens de casco/ tinta) metais pesados.	Indeferido	Consta no programa de gestão Manejo e Recuperação - Diretriz 4
63	1	Criar Projeto para pescador tirar o lixo do mar	Indeferido	Consta no programa de gestão Manejo e Recuperação - Diretriz 4
64	1	Criar cadastro (carteirinha) com número para pescador amador dentro da APAMLN	Indeferido	Consta no programa de gestão Desenvolvimento Sustentável - Diretriz 5
65	1	Delimitação de locais para entrada e saída de barcos para a pesca amadora	Indeferido	Consta no programa de gestão Desenvolvimento Sustentável - Diretriz 5
66	1	Com relação a área de interesse para pesca local, foi proposto que o critério seja a motorização das embarcações (motorizado, não motorizado)	Indeferido	Definições serão realizadas no âmbito da implantação do Plano de Ordenamento da área de interesse de baixa mobilidade
67	1	Retirar o HP para a definição de baixa mobilidade	Indeferido	Definições serão realizadas no âmbito da implantação do Plano de Ordenamento da área de interesse de baixa mobilidade
68	1	Liberar o uso das malhas menores que 7 (6) e maiores que 14 (até 20) (INI MPA?MMA nº 12/2012)	Indeferido	Consta no programa de gestão Desenvolvimento Sustentável - Diretriz 1
69	2	Delimitar as comunidades tradicionais	Indeferido	Consta no programa de Monitoramento e Pesquisa - Lacunas de Pesquisa
70	1	Deixar claro no texto que as atividades tradicionais devem ter tratamento diferenciado durante a fiscalização	Indeferido	Consta no programa de Interação Sócioambiental - Diretriz 2
71	1	Áreas ZUBEs da APA devem ser área de interesse especial e urgente para conservação de Toninhas (Pontoporia bairdii) e Boto-Cinza (Sotalia guianensis)	Indeferido	Consta no programa de Manejo e Recuperação - Diretriz 2
72	1	Contribuir, com ideias mitigantes, para reduzir a mortalidade de cetáceos, afogados em redes de pesca.	Indeferido	Consta no programa de Manejo e Recuperação - Diretriz 2
73	2	Prever nos Programas de Gestão, ações para a conservação dos cetáceos, inclusive das Toninhas	Indeferido	Consta no programa de Manejo e Recuperação - Diretriz 2
74	5	Fiscalizar a pesca amadora	Indeferido	Ambas solicitações foram encaminhadas para programas de gestão P6 - Diretriz 5
75	7	Pesca amadora: Diminuir o limite de captura. Estabelecer limite de captura para pesca amadora por espécie alvo, sendo mais restritiva que a lei federal (15 kg+1)	Indeferido	Ambas solicitações foram encaminhadas para programas de gestão P6 - Diretriz 6
76	1	Carteira de pesca submarina para atuar na APA só obtida após curso	Indeferido	Ambas solicitações foram encaminhadas para programas de gestão P6 - Diretriz 7
77	2	Profissionalizar a pesca sub com arpão	Indeferido	Ambas solicitações foram encaminhadas para programas de gestão P6 - Diretriz 8
78	2	Rever limites da Baixa Mobilidade por localidades	Indeferido	Encaminhado para programas de gestão com vistas a promoção de estudos mais pontuais e por localidades
79	3	criação de territórios pesqueiros com restrição de acesso para barcos externos	Indeferido	Propostas de estudos para RESECs e outras categorias de Ucs nos programas de gestão
80	14	Retirar limite de AB para tamanho das embarcações. Restringir a limitação ao comprimento em metros.	Deferido	A solicitação foi unânime nas reuniões setoriais nas comunidades e Conselho Gestor. Não contraditório à solicitação. Esta solicitação atende à realidade do território e não compromete tecnicamente. No Glossário não consta a retirada de AB na definição de tamanho de embarcações.
81		DIMINUIR LIMITE EMBARCAÇÃO ZUEX 20M.	Deferido	A solicitação foi unânime nas reuniões setoriais nas comunidades e Conselho Gestor. Não contraditório a solicitação
82	11	GARANTIR O FUNDEIO NAS ILHAS na APAMLN "inclusive para descanso e pernoite".	Deferido	A minuta está mencionando apenas para Salvaguarda da vida humana. Há necessidade de ser inserida para descanso e pernoite.
83	2	Permitir descanso das embarcações em locais proibidos à pesca. Especificar onde está proibido o fundeio de embarcações que não sejam para salvaguarda.	Deferido	Não há regra que impeça o fundeio, desde que seja para salvaguarda da vida humana e segurança da navegação (Normas Gerais) - inserido descanso
84	n 3	Área de Interesse para a Conservação: retirar na Ilhabela	Deferido	Não há critérios técnicos suficientes para sua manutenção. Foi retirada da minuta
85	7	Garantir que o turismo em AIT seja realizado via TBC	Deferido parcialmente	Consta na minuta a preferência ao TBC.
86	1	incluir TBC na tabela de atividades de turismo da minuta	Deferido	Já consta na tabela
87	7	Ampliar ZUBE para fora das Ilhas de Búzios e Vitória	Deferido	Em atendimento à solicitação de diversas comunidades destas ilhas e Prefeitura do município de Ilhabela. A porção a ser acrescentada como ZUBE enquadra-se nos critérios da Zona.
88	1	Permitir a maricultura apenas quando respeitar os usos das comunidades tradicionais	Deferido	Na minuta consta que qualquer novo empreendimento de maricultura tenha manifestação do Conselho e garantia de consulta conformes os designados na OIT 169.
89	3	Retire-se a obrigatoriedade de manifestação da APAMLN para empreendimentos enquadrados pelo DCAA	Deferido	Reunião de alinhamento do sistema estadual julgou desnecessário a manifestação da gestão para este caso e sim a ciência a UC quanto a emissão de DCAA.
90	4	Exclusão do DCAA, mantendo apenas o licenciamento e o disposto no decreto 62.243/16	Deferido	Reunião de alinhamento do sistema estadual julgou desnecessário a manifestação da gestão para este caso e sim a ciência a UC quanto a emissão de DCAA.
91	5	Passado o prazo de 60 dias para manifestação, considera-se dado o encaminhamento ao processo de licenciamento	Deferido	Reunião de alinhamento do sistema estadual julgou necessária a alteração para manifestação da gestão e o prazo se mantém em 60 dias.
92	2	Que possa haver maricultura experimental para pesquisa na ZPGBio - Entorno da Ilha Anchieta	Deferido	Pesquisa científica é permitida na ZPGBio, desde que aprovado pelo COTEC e PEIA
93	3	No objetivo geral, incluir Maricultura	Deferido	Inserido na minuta
94	1	Pg21;Item I. Fica proibido o cultivo e a introdução de espécies exóticas. (retirar a palavra "aquiicultura") Acrescentar a palavra "alga" antes de Kappaphycus alvarezii	Deferido	Inserido na minuta para melhor identificação
95	2	Exclusão e Reformulação da redação do parágrafo de necessidade de anuência do órgão gestor para o cultivo da alga Kappaphycus alvarezii: Suprimir a necessidade de ouvir o conselho gestor, sugestão de texto: "O cultivo da macroalga Kappaphycus alvarezii depende do cumprimento das exigências de monitoramento, conforme a IN IBAMA nº185/2008"	Deferido	A minuta foi alterada com o texto: Fica permitido o cultivo de Kappaphycus alvarezii, observado o disposto na Instrução Normativa IBAMA 185/2008, ou outra norma que lhe suceder, desde que observados os critérios de licenciamento.
96	1	Não utilizar como referência para limitar áreas de produção de pequeno, médio e grande porte do Decreto nº 62.243/2016, pois o decreto se refere ao licenciamento, e não porte de empreendimento.	Deferido	Não consta na minuta em discussão
97		Não utilizar o disposto nos artigos 7º a 15º do Decreto nº 62.243/2016, pois se trata do licenciamento para aquiicultura continental.	Deferido	Não consta na minuta em discussão
98	1	Credenciar os pescadores das comunidades para passar pelos locais de ZPE e ZPGBio (ato tendente).	Deferido	Programas de Manejo e Recuperação - Diretriz 2 prevê a realização de estudos para implantação de novas AIs
99	1	Garantir a pesca com cerco fixo e cerco flutuante dentro das APAs	Deferido	estão garantidas
100	3	Tendo em vista a fixação dos cercos flutuantes nos costões rochosos, necessário deixar clara e evidente tal fixação.	Deferido	Normas Gerais IV
101	5	elencar que existe alta concentração de atividades de comunidades tradicionais de pescadores artesanais em ZPGBio	Deferido	Os usos das comunidades foram contemplados na ZPGBio
102	1	Regularização dos cercos-flutuantes	Deferido	Existe uma resolução na APAMLN sobre esse assunto, incluído em P6 2.1 e P3 4.6
103	3	Fazer uma tabela para atividades de pesca como a feita para o turismo	Deferido	Inserir na minuta. Sem prejuízo às demais regras já existentes
104	6	Diminuir ou eliminar a ZUI do setor cunhambebe	Deferido	A solicitação foi unânime nas reuniões setoriais de Ubatuba e Conselho Gestor. Não houve contraditório a solicitação. No entanto, para uma melhor localização na zona ZUBE a profundidade iniciou-se com 42 metros de profundidade ao Sul, seguindo p 41 m, seguindo p 40, seguindo p 41, terminando em 43m no extremo norte. Assim a ZUEX: inicia-se com 44m ao Sul, segue para 44m, segue para 46m, termina em 45m ao norte. E de 45 m a 50 limite máximo da APAMLN temos uma faixa mínima de ZUI. SINDIP solicita a garantia da pesca industrial dentro da APAMLN
105	5	Estender ZUBE (setor Cunhambebe) até isóbata de 45 metros	Deferido	A solicitação foi unânime nas reuniões setoriais de Ubatuba e Conselho Gestor. Não houve contraditório a solicitação. No entanto, para uma melhor localização na zona ZUBE a profundidade iniciou-se com 42 metros de profundidade ao Sul, seguindo p 41 m, seguindo p 40, seguindo p 41, terminando em 43m no extremo norte. Assim a ZUEX: inicia-se com 44m ao Sul, segue para 44m, segue para 46m, termina em 45m ao norte. SINDIP solicita a garantia da pesca industrial dentro da APAMLN
106	1	AIR na área do mangue do Araçá	Deferido	Consta da nova minuta de Mapa
107	1	Levar em consideração o extrativismo da comunidade local no manguezal da Enseada Canto do Mar	Deferido	O extrativismo é permitido na Zona em que a Enseada Canto do Mar está enquadrada. Os usos permitidos na área de interesse de recuperação serão em acordo com o Plano de Recuperação Ambiental - PRA a considerar no programa de Manejo e Recuperação - Diretriz 2
108	1	Permitir a passagem inocente por áreas proibidas	Deferido	Foi incluído proposta de não enquadramento de ato tendente que contempla esta solicitação
109		Emalhe – distância para pesca do costão deveria ser somente 50 m	Deferido	não existe regra sobre esta distância na minuta de Zoneamento da APAMLN
110	1	definir turismo de mínima intensidade	Deferido	Incluído na minuta
111	1	Permitir o uso de fogueiras para pescadores artesanais em caso de salvaguarda da vida humana.	Deferido	Incluído na minuta
112	2	Quando tratar de estruturas náuticas citar também as de apoio à pesca	Deferido	Já consta na minuta de ZN
113	1	Anexo 2- Completar a tabela do enquadramento com a palavra "não" no item "evento de massa" visando enfatizar a atividade como média e alta intensidade.	Deferido	Incluído na tabela
114	1	Inserir Ponta de Boiçucanga até Calheu em ZUBE	Deferido	Atualizado na minuta de ZN - Mapa
115	2	Inserir Praia do Codó (Ubatuba) em ZUBE	Deferido	Atualizado na minuta de ZN - Mapa
116	1	Alterar para ZPGBio entremarés da praia da Figueira até o saco das Bananas	Deferido	Atualizado na minuta de ZN - Mapa
117		Costão do Camburizinho se torne ZUBE	Deferido	Atualizado na minuta de ZN - Mapa
118	2	Melhorar identificação das zonas e áreas no mar, incluindo pontos de referência onde ocorre alteração da zona.	Deferido	Atualizado na minuta de ZN - Mapa - Profundidade
119	1	Delimitar a região do porto de São Sebastião no mapa, alterando as áreas do mesmo para ZUI	Deferido	Foi alterado no mapa para compatibilizar com o ZEE
120	1	Necessidade de um mapa melhor elaborado para identificar as comunidades.	Deferido	Algumas comunidades estratégicas já constam na nova minuta de ZN - MAPA
121	2	Definir os polígonos através de georreferenciamento e metragem, distância e profundidade, devido ao fato das embarcações de baixa mobilidade não possuírem equipamentos como gps e sonda.	Deferido	O Mapa da Minuta 3 está definido a partir de distância da costa, profundidade e pontos de visada
122	5	Apresentar a minuta de mapa, sem poluição visual, junto com o texto	Deferido	Atendido
123	2	Incluir uma profundidade média que acompanhe a linha de visada	Deferido	Incluído na minuta na Descrição das zonas
124	2	usar coordenadas geográficas como referência	Deferido	Incluído na minuta na Descrição das zonas

125	1	Incluir no critério para delimitação da zona a batimetria utilizada para a definição de zona	Deferido parcialmente	Foi incluído na descrição e não nos critérios
126	1	usar mapa com zoom - digital - onde der	Deferido	Atendido nas setoriais
127	1	Colocar linha da 1ª milha náutica no mapa de pré-zoneamento	Deferido	Atendido
128	1	Suspender a urgência de finalização do PM durante período eleitoral	Deferido	Foi suspenso em 2018
129	3	Apovação imediata da "Minuta do Zoneamento da APAMLN" por parte do Comitê de Integração dos Planos de Manejo, para retomada das reuniões setoriais	Deferido	Cumprido
130	3	Respeitar o tempo, características e especificidades das comunidades, prevendo a consulta prévia, livre, informada e de boa fé	Deferido	Inserido texto da OIT 169 e Decreto 6040/
131	1	Apresentar estudos técnicos que embasem a proposta	Deferido	Foram utilizados e disponibilizados os Diagnósticos Técnico e Participativo, além dos dados coletados em Informações Técnicas, reuniões de CG e CTs, condicionantes e todos os demais produtos da gestão da APAMLN
133	7	Inserir consulta livre, prévia e informada às comunidades para instalação de estruturas náuticas, de acordo com OIT 169 e Decreto nº 6040, sob liderança das próprias comunidades.	Deferido	Minuta de ZN consta como manifestação do Conselho Gestor e atendimento as premissas de consulta da OIT 169
135	1	Acrescentar ao texto na ZUBE e ZPGBio - Estruturas náuticas classes I e II Permitidos desde que a comunidade local, moradores, associações de moradores ou proprietários concorde "em sua maioria" com a instalação e utilização. A criação de estruturas náuticas modifica radical e intensamente o ambiente local com a movimentação de veículos e embarcações. O interesse de grupos econômicos e comerciais não pode prevalecer sobre a região afetada por essas estruturas.	Deferido parcialmente	Minuta de ZN consta como manifestação do Conselho Gestor e atendimento as premissas de consulta da OIT 169
136	1	Retirar necessidade de laudo antropológico para garantia da ocupação e atividades das comunidades tradicionais nas ilhas e ilhotas, na forma em que historicamente ocorrem. Considerar processo de auto definição.	Deferido	Retirar minuta ZN - Texto
137	1	Incluir no Glossário definição para "ciência" e "anuência"	Deferido	Inserido em normas gerais III inciso
138	1	Incluir na norma os procedimentos para manifestação, ciência e anuência	Deferido	Inserido nas normas gerais
139	3	explicar diferença entre anuência e ciência	Deferido	Inserido em normas gerais III inciso
140	1	Proibir operação ship to ship dentro da APA	Deferido	verificar texto na minuta de ZN - possibilidade
141	2	Condicionar instalação de recifes artificiais à elaboração de Estudos de Impacto	Deferido	Deverá ter anuência do órgão gestor
142	1	Proibição de afundamento de navios ou aviões na área da APA	Deferido	verificar texto na minuta de ZN - possibilidade
143	1	Garantia de área de areia de praia e beira d'água para apoio as atividades de pesca	Deferido	Consta na minuta de ZN - Texto
144	1	Criar uma definição para área de pesca local	Deferido	não usamos mais este termo
145	1	esclarecer definição baixa mobilidade	Deferido	a incluir no glossário (retirar AB)
146		distribuição do limite de 0,5% seja por setor, e não por zona até maricultura -> 0,5% da ZUEX, por setor. Luciana	Indeferido	Todo planejamento da APA foi feito por zona, assim como suas regras
147	1	d. A introdução e cultivo de espécies exóticas com potencial de bioinvasão, exceto mexilhão Perna perna e alga Kappaphycus alvarezzi; Sugestão: Necessário fazer referência a IN Ibama 185, de 22 de julho de 2008, Art.1 §1º no que tange a Kappaphycus, vez que se exclui as áreas onde não possuem o plano de manejo definido e que haja indicativos de incompatibilidade entre as atividades e a finalidade da referida UC. Dessa forma, não há que se falar em aprovação automática, necessita de anuência do órgão gestor.	Indeferido	Inserido como consulta ao órgão gestor. O cultivo de K. Alvarezzi deverá atender os ritos legais de licenciamento por zona de cultivo e os dispostos na IN Ibama 185, de 22 de julho de 2008
148	2	No objetivo geral, incluir comunidades tradicionais e suas práticas culturais	Deferido	
149	1	Estudar a viabilidade da retirada de areia de forma artesanal pelas comunidades tradicionais, em casos de utilidade pública	Indeferido	Não há viabilidade
150	1	Permitir atividades de dragagem e desassoreamento em áreas urbanizadas de necessidade e utilidade pública. Exemplo: desassoreamento de rios para ações emergenciais, como enchentes.	Indeferido	Desnecessário pois consta em normas vigentes
151	1	Em ZPGBio, para as comunidades tradicionais de pescadores artesanais, permitir, além da carga e descarga de pescados e /ou subprodutos oriundos exclusivamente da atividade de pesca artesanal e maricultura, também os insumos de subsistência.	Deferido	inserido em atividades permitidas da ZPGBio
152	152	Proponho que a praia Vermelha do Sul (Ubatuba/São Paulo) seja alterada de zona ZUBE para ZPGBio	Deferido	Criar justificativa
153	2	Em ZUBE, Terrestre (III): permitir estacionamento de embarcações na entremarés	Deferido	inserido na ZUBE
154	2	Permitir o acesso por carro nas praias onde não há outra via	Deferido	inserido na ZUBE
155	1	Em ZPGBio, liberar o extrativismo das demais espécies exploradas pelas comunidades tradicionais extrativistas, como guaiá, ostra, etc, somente para comunidades tradicionais e pescadores artesanais	Deferido	Consta na minuta de ZN - Texto
156	1	Em ZPGBio, permitir a coleta de produtos e subprodutos florestais nos casos de salvaguarda da vida humana, excetuando a coleta de toda e qualquer espécie ameaçada de extinção.	Indeferido	É permitido qualquer ação que vise salvar a vida humana.
157	1	Estabelecer regramento para o extrativismo de mariscos no costão	Deferido	Consta na minuta de ZN - Texto
158	1	Reduzir ZPGBio marinha no entorno da ilha de Itaçuçê	Deferido	Ajustar minuta mapa
159	1	Incluir ZUBE na parte leste da ilha de Toque-Toque	Deferido	Ajustar minuta mapa
160	2	Retirar AIC e não proibir a pesca na região do Jabaquara	Deferido	Regra retirada da proposta de Zoneamento
161	1	Excluir os pontos mergulho da ZUBE	Deferido	Não consta na minuta de ZN - Texto
162	1	ZUBE Ambiente terrestre II - alínea c: Incluir no texto "para retirada e lançamento de embarcações"	Deferido	Consta na minuta ZN - Texto
163	2	Criar definição de "baixa escala"	Deferido parcialmente	Não é necessário a definição visto que o conceito da zona está definido na própria zona.
164	1	Corrigir o item M, N, O, nas normas específicas da ZUEX (Repetição)	Deferido	Consta na minuta - Texto
165	1	Numerar a minuta para facilitar leitura	Deferido	Consta na minuta - Texto
166	1	Alterar a palavra "no take"	Deferido	
167	1	Em ZUBE, retirar a motorização e utilizar apenas a metragem	Deferido	Consta na minuta - Texto
168	1	Incluir barcos maiores que 15m até 16m para pesca em ZUBE com cadastro na APAMLN	Deferido	
169	1	dar mais consistência para a sobreposição (ou justaposição) das áreas de interesse	Deferido	Ajustado na minuta de ZN - Mapa
170	1	Em ZPGBio, liberar o extrativismo para subsistência	Deferido	Consta na minuta de ZN - Texto
171	1	Terrestre (II item a): permitir fogueira para a salvaguarda e festividades tradicionais	Deferido parcialmente	Deferido para salvaguarda da vida humana. Para festividades tradicionais não há relato nas localidades onde são proposta a ZPGBio
172	1	Tirar navio de carga e petróleo da ZUBE	Deferido parcialmente	Foi definido que a possibilidade de fundeio no interior da APAMLN será delimitada em comum acordo com a gestão e autoridade marítima. No entanto com relação a passagem não podemos limitar o direito de ir e vir das embarcações - ver texto comitê
173	1	Proibir torneios esportivos em ZPGBio	Deferido parcialmente	A minuta consta autorização para torneios esportivos não motorizados. De acordo com os critérios de definição da Zona não há justificativa legal para se proibir todo tipo de torneio esportivo
174	1	Retirar "Normas pesqueiras vigentes" de ZUBE e ZUEX, pois a Lei 11959/2019 permite embarcações de 20AB.	Deferido parcialmente	Adequado o texto normas vigentes compatíveis com os critérios de delimitação das zonas
175	2	Estender a ZUBE para até 45m de profundidade	Deferido parcialmente	A solicitação foi unânime nas reuniões setoriais de Ubatuba e Conselho Gestor. Não houve contraditório a solicitação. No entanto, para uma melhor localização na zona ZUBE a profundidade iniciou-se com 42 metros de profundidade ao Sul, seguindo p 41 m, seguindo p 40, seguindo p 41, terminando em 43m no extremo norte. Assim a ZUEX: inicia-se com 44m ao Sul, segue para 44m, segue para 46m, termina em 45m ao norte.
176	2	Restringir o tamanho das embarcações e a pesca de arpão no entorno da ilha das Couves	Deferido parcialmente	O tamanho da embarcação já possui limitação em acordo com a Zona ZUBE, no caso até 15 metros. Já a pesca de arpão deverá ser estudada no plano de ordenamento de Uso Turístico - POT a ser construído em conjunto com os usuários da ilha
177	13	Continuar com regramentos do GERCO no que diz respeito ao tamanho da aquicultura de baixo impacto (até 20.000m²) e às áreas disponíveis para tal (a partir da isóbata de 23,6m).	Deferido parcialmente	Limite se manteve em ZUBE com acréscimo de critérios de adensamento
178	2	Eliminar a consulta ao Conselho Gestor no caso de empreendimentos de aquicultura	Deferido parcialmente	Reunião de alinhamento do sistema estadual julgou desnecessário a consulta ao conselho gestor para os casos de DCAA e manifestação da gestão para os casos de licenciamento simplificado e Ordinário, no prazo de 60 dias.
179	1	Manter a consulta ao conselho gestor como forma de controle social às atividades de maricultura	Deferido parcialmente	Reunião de alinhamento do sistema estadual julgou desnecessário a consulta ao conselho gestor para os casos de DCAA e sim de dar ciência. A manifestação da gestão se manteve para os casos de licenciamento simplificado e Ordinário, no prazo de 60 dias.
180	1	Manter anuência do CG aos empreendimentos de piscicultura	Deferido parcialmente	Reunião de alinhamento do sistema estadual julgou desnecessário a consulta ao conselho gestor para os casos de DCAA e manifestação da gestão para os casos de licenciamento simplificado e Ordinário, no prazo de 60 dias.
181	4	Permitir extrativismo, inclusive de alga Nori, nos costões de ZPE por comunidades tradicionais, incluindo Costão do Navio	Deferido parcialmente	Incluir em PG para discussão com as Ucs PI
182	6	INCLUIR NA MINUTA OS USOS EM ZPE DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS (interior e entorno Ucs PI), inclusive manutenção/limpeza dos equipamentos de pesca	Deferido parcialmente	Os usos na ZPE estão condicionados aos PM das Ucs PI. Se as atividades estão previstas no PM dos Parques ela permanecerá permitida.
183	4	Autorizar a passagem de pescadores das comunidades com pescado e apetrechos de pesca em ZPGBio e ZPE, sem enquadramento em ato tendente	Deferido	Ação em Programas para definir atividades que não se enquadram em ato tendente Passagem inocente foi incluída em normas gerais
184		Afastar traineiras para fora da 1 MN (sem consenso)	Deferido parcialmente	Existem muitos pescadores artesanais e de comunidades tradicionais no território que utilizam esta modalidade de pesca, mas as traineiras maiores que 15m estão proibidas em ZUBE
185	1	Diminuir o tamanho de embarcações para arrasto	Deferido parcialmente	O tamanho das embarcações possuem limitações em acordo com as Zonas, no caso até 15 metros, ZUEX 20 metros e ZUI 25 metros. Não há limitação por atividade e sim pelo tamanho da embarcação.
186	1	Proibição de qualquer tipo de arrasto com embarcações superiores a 20 AB	Deferido parcialmente	O tamanho das embarcações possuem limitações em acordo com as Zonas, no caso até 15 metros, ZUEX 20 metros e ZUI 25 metros. Não há limitação por atividade e sim pelo tamanho da embarcação. Há solicitações de retirada do AB
187	1	Qualquer atividade (educação ambiental, turismo, pesca) deve ser condicionada à ciência do órgão gestor.	Deferido parcialmente	As atividades são regradas em acordo com as Zonas. Já consta na minuta de ZN
188	4	Criar área de transição entre a APAMLN e a REVIS de Alcatrazes	Deferido parcialmente	As normas gerais da APAMLN já contemplam algumas regras da ZA REVIS de Alcatrazes. Demais regras e a contribuição estão em desacordo com os critérios da zona
189	2	consolidação da áreas de interdição de pesca da SUDEPE no entorno da Ilha Anchieta como zona de restrição de pesca também da APAMLN e expansão dessa restrição de pesca, para formação de um corredor ecológico entre as ilhas Cabras e Palmas da Esec Tupinambá, no setor localizado em Ubatuba (setor 2 - ilha Cabras e Palmas);	Deferido parcialmente	A Zona de restrição de Pesca ao entorno da Ilha Anchieta está proposta como ZPGBio onde não é permitida a pesca. Já com relação as demais limitações as discussões será implementadas nos programas de gestão, principalmente no Interação Sócioambiental como o de Pesquisa e Monitoramento
190	1	Liberação da canoa caiçara para pescar em qualquer lugar	Deferido parcialmente	Não há menção contraditória a este tipo de pescaria, exceto nas Zonas em que a Pesca não é permitida ZPE e ZPGBio

191	2	Atividades permitidas: retirada de madeira morta na faixa de praia somente para comunidades tradicionais, com cadastramento dos artesãos para o uso sustentável - incluir cipó para uso da cultura local	Deferido parcialmente	A retirada de madeira morta na faixa de praia somente para comunidades tradicionais já é permitida pela minuta. Já a retirada de cipó tem de levar em consideração a legislação incidente na parte terrestre do território, no caso de ZPE ver os usos permitidos nos respectivos planos de manejo
192	1	Na definição de ambientes terrestres, adicionar ao texto da definição: "e de transição". Já existe a discussão na APA centro e sul, proposta para verificar a viabilidade de incorporar o decidido para as Ucs supramencionadas na APAMLN.	Em deferimento	Conforme alinhamento junto a CJ
193	1	Proibição de fundeio de navios com carga viva	Indeferido	Qualquer tipo de fundeio de navios, somente poderá ser realizado em pontos delimitados expressamente pelo Órgão Gestor da UC, em comum acordo com a autoridade marítima
194	1	Exclusão de fundeio de barcos da Petrobrás na APAMLN	Indeferido	Qualquer tipo de fundeio de navios, somente poderá ser realizado em pontos delimitados expressamente pelo Órgão Gestor da UC, em comum acordo com a autoridade marítima
195	1	Montão de Trigo: Os barcos da própria comunidade não se enquadram na baixa mobilidade. Deve haver estudos sobre os usos que ocorrem nessa área.	Indeferido	Os próprios moradores da Ilha do Montão de Trigo solicitaram essa AIPBM no entorno da ilha, com adequações da definição.
196	2	Aumentar a AIPBM no entorno da ilha Montão de Trigo para 3 Km	Indeferido	Proposta atual leva em consideração o recorte da AME Montão de Trigo. Há conflito com outros usuários que solicitam diminuição da limitação para um raio de 50 metros. Mater proposta atual de recorte da AME
197	3	Reduzir o tamanho da AIPBM no entorno da ilha Montão de Trigo para 500m	Indeferido	Proposta atual leva em consideração o recorte da AME Montão de Trigo. Há conflito com outros usuários que solicitam diminuição da limitação para um raio de 50 metros. Mater proposta atual de recorte da AME
198	1	Búzios e Vitória – criar restrição à pesca amadora (poderia ser uma AIPBM)	Indeferido	AIPBM - critério de enquadramento é solicitação da comunidade. Inserido em PG6 a discussão da restrição da pesca amadora
199	1	Proibir uso de sonar em AIPBM	Indeferido	
200	1	Diagnóstico da pesca para definir limites para a pesca artesanal de pequeno porte e baixa mobilidade	Indeferido	Vários programas contemplam a solicitação em escalas diversas
201	1	Mudar o nome da zona para 'uso tradicional' ou 'pesca tradicional' ou 'pesca artesanal'	Indeferido	Já foi incorporada na minuta Pesca de Baixa Mobilidade
202	4	Restringir a quantidade de pessoas/visitantes nas Ilha dos Porcos e Ilha das Couves	Indeferido	Para o caso da ilha das Couves ação deverá ser levada a construção do plano de ordenamento de Uso Turístico - POT a ser construído em conjunto com os usuários da ilha. Já para Ilha dos Porcos ação está contemplada nos programas de gestão no âmbito dos estudos para criação de novas áreas de interesse.
203	2	Excluir a ZUBE do entorno de Búzios e Vitória, devendo ser mantida apenas como zona de amortecimento do PEIB.	Indeferido	este local faz parte da APAMLN e necessita de zoneamento. O zoneamento mais apropriado para o local, considerando que o mesmo é área de pesca artesanal das comunidades existentes na ilha, que dependem quase exclusivamente da pesca para sobreviver, se faz necessário manter a ZUBE
204	1	Rever 60 dias para processo de licenciamento - que seja discutido no CG e aumente o prazo par 6 meses	Indeferido	Reunião de alinhamento do sistema estadual julgou necessária a alteração para manifestação da gestão e o prazo se mantem em 60 dias.
205	2	Não colocar limites de tamanho e % para cultivos em ZUEx e ZUI	Indeferido	temos uma gradação ZUBE ZUEX ZUI - na ZUI não tem limites.
206	1	c. A instalação de empreendimentos de maricultura em ambientes deverá ser definida com base nos seguintes critérios de exclusão: iv. Estruturas de apoio náutico; Sugestão: Condicionar ao tipo de estrutura. Por exemplo: uma estrutura simples para lançamento e recolhimento de embarcação não é critério de exclusão.	Indeferido	Reunião de alinhamento do sistema estadual julgou desnecessário a retirada do critério de exclusão
207	1	Não considerar estrutura simples para lançamento e recolhimento de embarcação como critério de exclusão de mariculturas	Indeferido	Reunião de alinhamento do sistema estadual julgou desnecessário a retirada do critério de exclusão
208	6	Alteração da área destinada ao uso da maricultura em: Fica permitida a atividade de maricultura, desde que observado o fator de até 1% desta zona	Indeferido	Reunião de alinhamento do sistema estadual deliberou pela manutenção de 0,5% em ZUBE
209	1	Estabelecer limite inicial para maricultura e ir aumentando conforme for sendo necessário	Indeferido	Reunião de alinhamento do sistema estadual deliberou pela manutenção de 0,5% em ZUBE e sem limitação nas demais zonas
210	2	Não condicionar, exclusivamente, ao plano de manejo das UCs se os mesmos não contemplarem os usos das comunidades tradicionais de pescadores artesanais.	Indeferido	Os usos na ZPE estão condicionados aos PM das Ucs PI. Se as atividades estão previstas no PM dos Parques ela permanecerá permitida. Linkar com o enquadramento do ato tendente na norma geral
211	1	Incluir a Lei Estadual da Pesca 11165/2002 e a Lei Federal da Pesca 11959/2009 dentre a legislação incidente no território, em ZPE, no ambiente marinho e terrestre	Indeferido	Os usos na ZPE estão condicionados aos PM das Ucs PI. Nenhuma UC PI prevê pesca no seu interior, portanto as leis de pesca não se aplicam em locais onde a pesca é proibida.
212	1	Não incluir em ato tendente o desembarque de pescado em ZPE e ZPGBio	Indeferido	O regramento de ZPGBio menciona os usos permitidos e nestes inclui-se o desembarque de pescados como atividades permitidas
213	1	Inserir Baía do Araçá no mapa em sua integridade, pois como está, aparecem apenas fragmentos	Indeferido	Utilizamos o mapeamento proposto pelo GT Araçá
214	1	Incluir todos manguezais em ZPGBio, garantindo o uso	Indeferido	A definição das zonas possuem critérios para os devidos enquadramentos, levando em consideração seus usos e objetivos. Tendo os manguezais do LN usos diversos optamos em inseri los em ZUBE sobrepondo, em alguns casos áreas de interesse.
215	1	recategorizar mangue da Enseada como refúgio de vida silvestre	Indeferido	Não consta tal definição na concepção de Zonas e áreas
216	1	c. A pesca de arrasto, pelo sistema de portas, por embarcações maiores que 10 AB, a menos de 1,5 (uma e meia) milhas náuticas da linha de costa (Portaria SUDEPE n-54/1984); Sugestão: A fundamentação é na Lei 221/67 que foi revogada, permanecendo apenas o artigo 6º.	Indeferido	Texto refere-se a Portaria SUDEPE n-54/1984
217	1	Incluir a possibilidade de instalar estruturas náuticas de apoio à pesca artesanal em ilhas e ilhotas ("V. É permitida a instalação de edificações de apoio à atividade de turismo nas ilhas e ilhotas desde que atendendo aos indicados nos Programas de Gestão.")	Indeferido	Minuta já prevê instalação de estruturas náuticas em acordo com Decreto Estadual 62.913/2017
218	1	criação de subzona para a comunidade local; permitir o turismo contemplativo desde que se tenha regramento e estudo para delimitação da distância, visando a proteção dos animais, para evitar que os filhotes se joguem ao mar devido ao estresse. Permitir pesca de baixa mobilidade, a se definir, como cerco, maricultura, e outras atividades previstas.	Indeferido	Roteiro Metodológico de elaboração dos Planos de Manejo não prevê subzonas. Comitê de Planos de Manejo estabeleceu que não devem haver subzonas. Não há zonas sobrepostas
219	1	Permitir pesca amadora no Farol do Boi	Indeferido	Não menção a proibição de pesca amadora no local citado
220	1	V. Ficam condicionados à anuência do Órgão Gestor a instalação de novas edificações, impermeabilização de solo e as respectivas ampliações, as quais somente poderão ocorrer em casos de utilidade pública (demonstrada à ausência alternativa locacional), bem como para uso de comunidade tradicional; Sugestão: Uma vez já aprovado pelos órgãos competentes, cabe apenas dar ciência a APAMLN em casos de utilidade pública, bem como para uso da comunidade tradicional.	Indeferido	Para algumas situações e deendendo das Zonas há necessidade de anuência ou manifestação da unidade de conservação
221	2	Aplica-se à ZPGBio, no ambiente terrestre, as seguintes normas: b. Acampamentos e pernoites estão restritos as seguintes atividades: (i) pesquisas científicas; (ii) manutenção de estruturas de sinalização náuticas da Marinha; (iii) gestão da Unidade; Sugestão: Educação ambiental mediante anuência do órgão.	Indeferido	Não é necessário haver anuência para educação ambiental em ZPGBio
222		Articulação para se criar mecanismos de incentivo à adequação das estruturas de apoio náutico ("Marinas contribuem muito para poluição no saco da Ribeira: Acham que podem ser mais restritivas que o Gerco")	Indeferido	A instalação de estruturas náuticas devem seguir o Decreto Estadual 62.913/2017
223		Compatibilizar as definições de estruturas náuticas com a Resolução SMA 102/2013	Indeferido	A instalação de estruturas náuticas devem seguir o Decreto Estadual 62.913/2017
224	4	Alteração da norma I da ZUBE no ambiente marinho: Sugere-se que o comprimento das panagens ou redes entalhadas não ultrapasse o total de 3 mil metros lineares e que seja permitido no máximo o motor 40HP	Indeferido	Já consta processo no governo federal para utilização da panagem não ultrapassem os 1000 metros e o tamanho da embarcação seja de até 10 metros. Há acordo no território para manutenção das medidas na 1ª milha náutica
225	2	Manter proibição do emalhe até 1 M.N. e menor que 1000 (não ficou claro o que quer dizer "menor que 1000)	Indeferido	Já consta processo no governo federal para utilização da panagem não ultrapassem os 1000 metros e o tamanho da embarcação seja de até 10 metros. Há acordo no território para manutenção das medidas na 1ª milha náutica
226	2	Proibir raspagem de navios dentro da água	Indeferido	A raspagem das embarcações devem obedecer a Normam específica
227	2	Estabelecer local adequado para a raspagem de casco de embarcações de pescadores artesanais, e destinação correta dos resíduos	Indeferido	Não há como delimitar isto na proposta de ZN
228	1	Proibir queima de fogos nas áreas de reprodução de aves, mas manter a permissão de pesca	Indeferido	Não há como identificar todas as áreas e propor uma proibição com responsabilidade
229	1	Definir fundo e superfície	Indeferido	Inserido em Programas de Gestão - Desenvolvimento Sustentável - Diretriz 4
230		Proibir a venda da malha 6 para pesca	Indeferido	Inserido em Programas de Gestão - Desenvolvimento Sustentável - Diretriz 4
231	1	Considerando que o acionamento da bomba de porão é automático, justamente para salvaguarda da vida humana, bem como a integridade da embarcação, que seja desconsiderada a alínea "a" da ZPGBio no ambiente marinho, uma vez que o acionamento é automático e necessário.	Indeferido	Entendemos que o termo "exceto" é justamente para salvaguardar a vida humana
232	1	INCLUIR ZPGBio Entremarés na FOZ DO RIO CAPRICORNIO	Indeferido	Solicitação não se enquadra na definição e nos critérios pde delimitação das zonas
233	1	Incluir ZPGBio NA EXTENSÃO PRAIA MOCOCA	Indeferido	Solicitação não se enquadra na definição e nos critérios de delimitação das zonas
234	1	Incluir as praias preservadas em ZPGBio	Indeferido	Não é possível definir as zonas apenas pelo critério de conservação. As zonas possuem na definição e critérios para sua efetiva delimitação
235	1	Incluir exceção do poder público, em caso de necessidade e de utilidade pública na proibição à retirada e o depósito de areia e material rochoso da ZPGBio	Indeferido	Empreendimentos de Utilidade Pública já possuem respaldo na Resolução Conama 369/2006, portanto não se aplica a este tipo de intervenção
236	1	Que a APAMLN faça ordenamento da pesca	Deferido parcialmente	Entende-se que o objetivo da APAMLN é regar as diferentes atividades que ocorrem no território, dentre elas a pesca no limite de suas atribuições.
237	1	Incluir na proposta que quando houver alteração de outros regramentos, que sejam absorvidos pelo PM	Deferido parcialmente	Normas já incluídas conforme objetivo da UC
238	1	Normas Gerais III: Prazo de 180 dias para regulamentação dos critérios e procedimentos para identificação e obtenção de anuência ou autorizações especiais para exercício de atividades não licenciáveis descritos neste Plano de Manejo é incompatível com a atividade, pois vive de safra. O prazo tem que ser definido por safra.	Indeferido	O prazo não diz respeito a validade das autorizações e a questão da safra será levada em consideração no momento de elaboração dos critérios pelo órgão gestor
239	2	ZUBE VIII e IX: Quando de utilidade e necessidade pública, não cabe o regramento "compatibilizar-se com os objetivos estabelecidos para a zona, devendo ser previstas e implementadas medidas mitigadoras para os impactos", devendo ser observada a conveniência e oportunidade da administração.	Indeferido	Empreendimentos de Utilidade Pública já possuem respaldo na Resolução Conama 369/2006, portanto não se aplica a este tipo de intervenção
240	3	ZUBE: Incluir como critério de exclusão para instalação de empreendimentos de maricultura, o impacto cumulativo entre empreendimentos	Indeferido	Reunião de alinhamento do sistema estadual manteve os critérios de exclusão conforme minuta
241	1	Alterar o nome da ZPGBio para ZPSGBio - Zona de Proteção da SócioGeobiodiversidade - aquela que contenha sociedades frágeis que vivem em ambientes relevantes para a sua reprodução cultural sustentável	Indeferido	Definição dos nomes das zonas e áreas já foram consolidadas nas APAS Centro e Sul. Não há possibilidade de alteração

242	1	Na definição de ambientes terrestres, citar exemplos de estruturas: rancho de pesca, pier, estaleiro, fábricas de gelo, ou seja, estrutura de apoio para pesca.	Indeferido	Opção or deixar genérico visando o enquadramento geral das estruturas de apoio. No caso de elencarmos algumas, o possível esquecimento de uma ou outra pode ser enquadrado em desacordo com as regras.
243	1	Quando citar "Pesca amadora" inserir "e/ou esportiva" conforme definição	Indeferido	A definição de Pesca amadora já define tudo, inclusive a esportiva
244	4	Ilha de Búzios - Não aumentar piscicultura que tem no entorno da ilha - congelar área	Indeferido	alinhamento pesca
245	2	Maricultura - limitar o tamanho até 6.000 m2	Indeferido	alinhamento pesca
246		distribuição do até maricultura -> 0,5% da ZUEX, por setor. Luciana	Indeferido	alinhamento pesca
247	2	Suprimir o texto: "O distanciamento entre os empreendimentos no mínimo de 100m deverá ser observada a somatória de empreendimentos que ocupem mais de 20.000m2 de lâmina d'água em ZUBE, considerando os empreendimentos já existentes"	Indeferido	alinhamento pesca
248	1	AIR no manguezal do rio Paquera	Deferido parcialmente	Previsão de que as áreas de interesse sejam mapeadas durante a implementação do plano de manejo. Consta nos programas de gestão.
249	1	Não classificar o mangue como área terrestre	Deferido	Reunião manguezais 15/10/2019
250	1	Descrição da gradação do turismo, segundo linha da tabela (inserir no glossário)	Indeferido	A tabela é exemplificativa não sendo necessária a definição